

Comitê Nacional de Facilitação do Comércio – Confac

Ata da 2ª Reunião do Subcomitê de Cooperação

Às 14 horas e 30 minutos do dia 14 de abril de 2021, por meio da plataforma *online* Teams, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Subcomitê de Cooperação do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio - Confac, conforme Decreto nº 10.373, de 26 de maio de 2020, sob a presidência compartilhada da Receita Federal do Brasil e da Secretaria de Comércio Exterior. A reunião contou com a presença de representantes dos seguintes órgãos:

Presidência da República:

- Robson Crepaldi, Assessor da Secretaria Executiva da Casa Civil;

Ministério da Defesa:

- Bruno Ricardo da Silva Assunção, Coordenador do Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa;
- Sarah Mendonça de Faria, Coordenadora da Divisão de Comércio Exterior do Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa;

Ministério das Relações Exteriores:

- Bruno Teixeira, Divisão do Mercado Comum do Sul;
- Fábio Meira Dias, Chefe da Divisão de Acesso a Mercados;
- Paulo Gustavo Barbosa Martins, Assistente da Divisão de Contenciosos Comerciais;

Câmara de Comércio Exterior (Camex), Ministério da Economia:

- João Augusto Baptista Neto, Coordenador-Geral de Gestão Tarifaria;
- Marcelo Landau;

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), Ministério da Economia:

- Jackson Aluir Corbari, Coordenador-Geral de Administração Aduaneira (Coana);
- Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação;
- Kelly Cristina Silva Morgero, Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil;
- Clarissa Raquel de Souza Savaris, Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil;
- Edison Introvini, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil;
- Fernanda de Souza Pereira, apoio do Gabinete da Receita Federal do Brasil;

Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Ministério da Economia:

- Daniel Hirschmann, Analista Técnico-Administrativo;

Secretaria de Comércio Exterior (Secex), Ministério da Economia:

- Lucas Pedreira do Couto Ferraz, Secretário de Comércio Exterior;
- Leonardo Diniz Lahud, Secretário de Comércio Exterior Substituto;
- Eliana Mesquita Hupsel, Chefe de Gabinete da Secex;
- Paula Costim, Assessora do Gabinete da Secex;
- Daniela Ferreira de Matos, Analista de Comércio Exterior, Gabinete da Secex;
- Renato Agostinho da Silva, Subsecretário de Operações de Comércio Exterior;
- Glenda Bezerra Lustosa, Subsecretária de Facilitação de Comércio Exterior e Internacionalização (Sufac);
- Victor Maselli Neto, Coordenador de Inserção Internacional de Empresas, Sufac;
- Ignácio Parini Fernandez Alcazar, Coordenador-Geral de Facilitação de Comércio Substituto, Sufac;
- Igor Vieira Maia, Coordenador-Geral de Sistemas da Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior (Suext);
- Nícia Pereira de Araújo, Chefe de Divisão de Políticas Nacionais de Facilitação de Comércio, Sufac;
- Brenda Gonçalves Cunha, Analista de Comércio Exterior, Sufac;
- Patrícia de Lima Favaretto, Analista de Comércio Exterior, Gabinete da Sufac;

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa):

- José Luís Ravagnani Vargas, Diretor do Departamento de Serviços Técnicos (Dtec);
- Fábio Florêncio Fernandes, Coordenador-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Cgviagro);
- José Marcelo Nogueira Maziero;

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama):

- Carolina Fiorillo Mariani, Diretora de Qualidade Ambiental (Diqua);
- Rosângela Maria Ribeiro Muniz, da Diretoria de Qualidade Ambiental (Diqua/Sede);

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa):

- Nériton Ribeiro de Souza, Gerente de Controle Sanitário de Produtos e Empresas;
- Nélio César de Aquino, Gerente de Laboratórios de Saúde Pública (Gelas);

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP):

- Elisabete Hilario Gomes Canedo;
- Raphael Ranna Theodorio da Silva;
- Renato Lopes Silveira;

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel):

- Davison Gonzaga da Silva;
- Luiza Maria Thomazoni Loyola Giacomini;

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro):

- Diego Eugenio Pizetta, Coordenador-Geral Substituto de Articulação Internacional;

Banco Mundial:

- Ernani Argolo Checcucci Filho;
- Lúcia dos Santos Pinto;

Aliança Pró-Modernização Logística de Comércio Exterior (Procomex):

- John Mein, Coordenador Executivo;
- Marcia Schäffer;

Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA):

- Rafael Freixo Gratão, Assessor Técnico;

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC):

- Oscar Gordilho Nobrega, Analista da Assessoria de Gestão das Representações (AGR);
- Rubens Medrano, Vice-Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP);

Confederação Nacional da Indústria (CNI):

- Constanza Negri Biasuti, Gerente de Diplomacia Empresarial e Competitividade do Comércio;
- Ronnie Sá Pimentel, Analista de Políticas e Indústrias;
- Maria Clara Rezende Avelino;

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex):

- Igor Isquierdo Celeste, Gerente de Inteligência de Mercado;
- Gustavo Ferreira Ribeiro, Coordenador de Acesso a Mercado;

Associação Brasileira das Empresas de Transporte Internacional Expresso de Cargas (Abraec):

- Vagner Battaglioli, Diretor Executivo;

- Alessandra;

Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra):

- Angelino Caputo, Diretor Executivo;

Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros (Feaduaneiros):

- Nivio Perez dos Santos, Presidente;

Sindicato dos Comissários de Despachos, Agentes de Carga e Logística do Estado de São Paulo (Sindcomis/ACTC):

- Luiz Ramos, Presidente;
- Tatiane Moura, Assessora de Relações Governamentais e Institucionais;
- Ana Walcher;

Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo (Sindasp):

- Regina Terezin, Diretora;

Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural (Abece):

- Augusto Barreto;

The Palladium Group:

- Diego Bonomo, leader Brazil Trade Facilitation Programme;
- Lara Gurgel, MSME Global Trade hub Manager;
- Marcelo D'Antona, Ports Lead;

Outros:

- Edson Domingues;
- Henrique Reichert;
- Julio Fontana;
- Nathalia Lorrany Braga Diniz;
- Natalia Panucci

Verificada a existência de quórum, a Presidência do Confac deu início à reunião, que teve como objetivo discutir e deliberar sobre a pauta abaixo descrita.

1. Relato da Segunda Reunião do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio, ocorrida em 31 de março de 2021.

Inicialmente, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) discorreu brevemente sobre a reunião do Confac ocorrida em 31 de março. Houve, então, a contextualização dos temas, especialmente em relação à aprovação do Plano de Trabalho, que irá nortear as atividades do Comitê no próximo biênio e a agenda de facilitação do comércio do governo brasileiro. Foi informado que houve consulta pública durante o período de um mês. Nesse processo, a participação do setor privado foi extremamente importante para a elaboração das 9 (nove) linhas mestras do Plano de Trabalho do biênio 2021-2022. A implementação dessas diretrizes colocará o Brasil como referência no ambiente internacional.

2. Apresentação do Plano de Trabalho do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio para o biênio 2021-2022, aprovado na última reunião do Confac.

As primeiras 5 (cinco) frentes de atuação foram apresentadas pelo Secretário de Comércio Exterior Substituto, Leonardo Diniz Lahud, e as 4 (quatro) últimas foram apresentadas pelo Coordenador-Geral de Administração Aduaneira (Coana), da Receita Federal do Brasil (RFB), Jackson Aluir Corbari, conforme demonstrado a seguir:

- 1) Acompanhamento do cumprimento do Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio e demais acordos sobre o tema:

Comentou-se que a atividade a ser realizada não consiste meramente na implementação formal dos acordos, ou seja, não será restrita ao que está escrito especificamente no texto dos compromissos, mas sim na implementação em sua totalidade, especialmente quanto aos aspectos qualitativos. Será avaliado se está ocorrendo um real benefício em relação à exportação, à importação e ao trânsito aduaneiro. Destacou-se que o Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) é o principal acordo, mas há outros compromissos relevantes, tais como o acordo Mercosul-União Europeia, Mercosul-EFTA e o capítulo de Facilitação do Comércio que foi celebrado com os Estados Unidos em 2020. Também foi mencionada a parceria com o Banco Mundial para a realização do Estudo de Brechas no AFC.

- 2) Promoção de instrumento de diálogo permanente com o setor privado:

Foi enfatizado que não basta apenas a ocorrência de reuniões a cada 3 (três) meses. Mais do que isso, deve-se seguir um procedimento para recepção das demandas e para o tratamento adequado pelos órgãos que intervêm no comércio exterior. Para a recepção das demandas, foi estabelecido um formato padrão, porém notou-se que, se houver informações adicionais que não estejam contempladas por esse formato, elas poderão ser incluídas à margem. Do mesmo modo, se nem todas as informações forem necessárias, a demanda pode ser enviada de maneira mais simples. Esclareceu-se que diversas contribuições enviadas pelo setor privado no âmbito da consulta

pública realizada eram muito específicas e, dessa forma, não eram adequadas ao Plano de Trabalho, porém mesmo assim serão consideradas. O Comitê irá publicar as demandas, com os motivos por terem sido rejeitadas ou aceitas.

3) Consolidação do ambiente digital de comércio exterior:

Comentou-se que este tópico representa o que há de mais moderno e relevante em relação ao futuro da facilitação do comércio no Brasil. Trata-se do emprego de soluções adequadas e modernas para a gestão do comércio exterior. Busca-se reformular os procedimentos do comércio exterior que vão amparar os processos de exportação, que já foram entregues, e o Novo Processo de Importação, cuja expectativa de entrega é o final de 2022. Além disso, deverá ser analisada a melhoria da logística portuária e aeroportuária. Haverá a integração do Porto Sem Papel ao Portal Único de Comércio Exterior, tornando-o uma grande Janela Única Aquaviária. Mencionou-se o projeto de eficiência portuária, em parceria com o Reino Unido, para fomentar a construção do *Port Community System*, e o projeto *Global Trade Hub*, que é uma plataforma eletrônica para as micro, pequenas e médias empresas, e cujo objetivo é propiciar a internacionalização dessas empresas, por meio da oferta de serviços aduaneiros, logísticos e de financiamentos. Tudo isso será realizado em parceria com o setor privado. Esta linha envolve também o intercâmbio de documentos e a interoperabilidade dos guichês únicos no âmbito do Mercosul.

4) Reforma dos procedimentos administrativos de exportação e importação:

Enfatizou-se que este tópico está relacionado à redução da burocracia administrativa. O Brasil é um país que possui um elevado número de licenciamentos, especialmente para importações. Isso será modificado a partir de um controle inteligente, eficaz e efetivo, baseado em gerenciamento de risco e em tecnologias inovadoras. Deverá ser promovida uma mudança de cultura organizacional nos órgãos anuentes, de forma que o licenciamento seja a exceção e não a regra.

5) Ampliação da transparência das informações relativas ao comércio exterior brasileiro:

Muito trabalho tem sido conduzido no Siscomex, pois é uma plataforma para publicação das informações sobre as operações de comércio exterior. Já houve notificação à OMC comunicando o Siscomex como o site oficial para divulgação das informações do comércio exterior. Pretende-se aprimorar ainda mais esse sistema. Recentemente foi lançada uma ferramenta relacionada às negociações comerciais e preferências tarifárias, instrumento extremamente útil para o setor privado.

6) Implementação das recomendações do TRS (*Time Release Study Brasil*):

Destacou-se que o TRS trouxe diversas constatações obtidas por meio dos estudos realizados, as quais demandam ações que dependem de mudanças culturais e mudanças de procedimentos. Será realizado trabalho conjunto com as Comissões Locais de Facilitação (Colfacs) para possibilitar a

implantação das recomendações abordadas no TRS. Por exemplo, há disparidade entre tempos de despachos entre as alfândegas e entre os recintos de uma mesma alfândega. O objetivo é aplicar as melhores práticas, de forma a equalizar ou tornar os tempos mais próximos. Além disso, o TRS mostrou que grande parte do tempo exigido depende de ações da iniciativa privada. Para que seja possível evoluir e obter resultados melhores no próximo TRS, é fundamental a integração do setor público e privado por meio das Colfac. Pretende-se, inclusive, divulgar os tempos mensalmente para que seja possível o acompanhamento da evolução dos trabalhos.

- 7) Fortalecimento da comunidade de comércio internacional por meio das Colfac: As Colfac abrangem 15 (quinze) alfândegas, que correspondem a 80% (oitenta por cento) do comércio exterior. Por meio de nova Portaria conjunta da Receita Federal, Mapa e Anvisa, pretende-se ampliar o número das Colfac para todos os locais onde há alfândegas. As Colfac permitem um diálogo local e fornecem subsídios para o Comitê Nacional. As Colfac têm relação também com os órgãos de controle dos países vizinhos, relativamente às áreas de controle integrado. Eles são sempre convidados para as reuniões, pois o Brasil possui uma ampla fronteira terrestre e o comércio precisa fluir dos dois lados das fronteiras.
- 8) Gestão Coordenada de Fronteiras: Foi mencionado que as áreas de controle integrada do Mercosul existem há mais de 20 (vinte) anos, porém não evoluíram para a gestão coordenada de fronteiras. Não há troca eficiente de informações entre os países do Bloco. O objetivo é que exista uma única inspeção em cada operação, envolvendo todos os órgãos necessários para a operação. Deverá ser realizada uma avaliação, com base no padrão da Organização Mundial de Aduanas (OMA). Essa ação foi incluída no planejamento do Comitê Técnico nº 2 do Mercosul. Importante destacar que, após a China e os Estados Unidos, os países do Mercosul são os que possuem peso de maior importância no comércio exterior brasileiro.
- 9) Ampliação do OEA Integrado: O OEA é um mecanismo de facilitação utilizado em mais de 80 (oitenta) países, o qual provém da Estrutura Normativa SAFE da OMA. Busca-se a gestão de risco subjetivo, ou seja, uma análise em relação ao operador, possibilitando o oferecimento da facilidade em troca da conformidade. Esse programa já funciona na RFB há um tempo e têm sido realizadas certas inovações. Por exemplo, recentemente foram promovidas validações remotas em função da pandemia. Além disso, foram incluídos no Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, o Regulamento Aduaneiro, dispositivos sobre o OEA. Este programa pode ser estendido aos demais 22 órgãos anuentes, conhecido como OEA Integrado. Todos os órgãos podem se beneficiar do OEA Integrado, cuja parceria já foi iniciada com o Mapa. Há também planos de trabalho com a Anvisa, Inmetro, Exército e Anac. Além disso, será realizado um plano de trabalho com a Secex, que irá incluir o OEA Integrado, objetivando auxiliar a evolução do programa. É fundamental

integrar todos os órgãos que realizam grande número de verificações físicas durante o despacho. Atualmente 25% (vinte e cinco por cento) dos despachos da RFB são realizados por meio do programa OEA. A meta é chegar a 50% (cinquenta por cento), propiciando uma redução significativa dos tempos de despacho.

Após a apresentação do Plano de Trabalho do Confac, o Secretário de Comércio Exterior abriu a possibilidade para a manifestação dos presentes, tendo sido apresentados os seguintes comentários:

Ana Walcher, Assessora de Comércio Exterior, representante do Sindicomis/ACTC, comentou que as iniciativas de melhoria da RFB têm sido feitas de forma assertiva. Como representante da entidade de classe, relatou um problema na consulta de LPCO no Siscomex. Ao realizar a consulta do tratamento administrativo, informou que um grande número de NCMs não está sendo exibido, e que isso tem ocorrido constantemente. Como está sendo realizada uma série de ajustes, a entidade poderá enviar por e-mail a lista de NCMs que está apresentando problemas.

O Secretário de Comércio Exterior Substituto informou que a equipe responsável pelo Siscomex irá entrar em contato para tratar desse ponto específico. Adicionalmente, o Secretário lembrou que questões específicas de ordem operacional podem ser enviadas para a caixa institucional do Confac, de forma que as perguntas e comentários ficassem restritos ao Plano de Trabalho.

Regina Terezin, representante do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo (Sindasp), comentou que está ocorrendo um problema frequente com o ICMS e dificuldades com o uso da Declaração Única de Importação - Duimp. Solicitou que, dentro do plano, o Confaz seja chamado para um trabalho conjunto de testes.

O Coordenador-Geral de Administração Aduaneira respondeu que esse tema é tratado no desenvolvimento do Portal Único e que essa questão será endereçada para o fórum do Portal. Informou ainda que o problema de São Paulo já foi notificado e que já está se buscando uma solução.

Ronnie Sá Pimentel, Analista de Políticas e Indústrias, representante da CNI, parabenizou pela realização da Consulta Pública para o Plano de Trabalho. Comentou que houve muito interesse das entidades e empresas em colaborarem. Acrescentou que o Plano de Trabalho é muito relevante, principalmente quanto à participação dos órgãos anuentes. Citou que há três pontos que precisam ser destacados nas linhas mestras: i) taxas e encargos, para buscar o equilíbrio entre a prestação de serviços e o que é exigido pelos órgãos e eliminar incompatibilidades jurídicas; ii) transparência em relação ao que é exigido pelos órgãos, pois há quesitos prévios ao aspecto administrativo e que precisam ser endereçados; iii) OEA, pois o avanço do programa pela própria RFB não poderia deixar de ser considerado no plano.

O Secretário de Comércio Exterior Substituto, em resposta, destacou que o engajamento dos órgãos anuentes é fundamental. Em relação às taxas, essa análise está incluída no Novo Processo de Importação, no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior. Será realizada uma análise para promoção de licenciamentos guarda-chuva, incluindo a análise de como a cobrança é realizada e a respectiva legislação. Em relação à transparência, esse tema corresponde à frente de trabalho nº 5, a qual deverá conter todos os requisitos para importação e exportação. Há ainda necessidade de melhorar a forma e o conteúdo das publicações e construir uma ferramenta mais ampla e mais robusta no Portal Único.

O Coordenador-Geral de Administração Aduaneira informou que o programa OEA tem avançado ao longo do tempo. O OEA foi contemplado recentemente no Regulamento Aduaneiro. Além disso, a RFB criou um centro nacional do OEA. No plano foram incluídas ações que necessitam da participação dos demais anuentes ou do impulso do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio. A implementação do OEA integrado irá colocar o Brasil em um novo patamar.

Não havendo mais manifestações, passou-se ao ponto 3 (três) da agenda.

3. Acompanhamentos dos projetos *Port Community System* e *Global Trade Hub*

O Secretário de Comércio Exterior discorreu brevemente sobre os projetos que serão realizados. O primeiro projeto visa à promoção da eficiência portuária e o segundo projeto busca a inclusão das micro, pequenas e médias empresas no comércio internacional. Em seguida, passou a palavra para Diego Bonomo, que lidera a equipe da Palladium.

Diego Bonomo apresentou o tema “Atualização do programa de facilitação do comércio Brasil-Reino Unido”. Esta é uma parceria entre os dois governos, financiada pelo governo inglês. A Palladium é a empresa executora do programa, cujo objetivo principal é gerar crescimento econômico e sustentável. Na prática ocorrerá a implementação das duas ferramentas: o *Global Trade Hub* e o *Port Community System*. Um trabalho que tem sido feito é o desenvolvimento de TI em parceria com a USP, que possibilitará capacitação e serviço de logística, dentre outros. Quanto ao *Port Community System*, será um sistema por trás dos aplicativos, que irá unir todos os sistemas privados e públicos. Cada comunidade portuária tem necessidades específicas e poderá ter aplicativos específicos. Está sendo realizado um diagnóstico sobre os processos portuários para proposta de melhorias dos processos portuários. Em parceria com o Procomex, tem sido realizado um mapeamento de quatro portos. Cada ferramenta terá uma estrutura de governança para que possa sempre evoluir. Em relação ao *Global Trade Hub*, em março, foram realizadas todas as especificações técnicas. A partir de abril de 2021 serão geradas versões da plataforma, ou seja, terá uma sequência de *sprints* até 2023 para que seja possível a realização de testes e o alcance de uma plataforma aderente. Em relação ao desenvolvimento de serviços, no primeiro ano foram testadas as exportações indiretas, exportação B2B, envolvendo 400 empresas, e B2C, incluindo 180 empresas. O primeiro piloto está em andamento e os dois outros estão na fase final.

Foi formado um comitê com os principais *stakeholders* para monitorar o primeiro ano. Esse comitê será formalizado por meio de um acordo de cooperação e, posteriormente, será formado um comitê gestor permanente. Em relação aos portos, foram realizadas as especificações técnicas do desenvolvimento de TI. Foram mapeados 10 macroprocessos nos quatro portos, que geraram inicialmente 3.412 atividades mapeadas. Após as melhorias, esse número foi reduzido para 2.197 atividades.

Em seguida, o Secretário de Comércio Exterior Substituto abriu a possibilidade de manifestação, sendo apresentados os seguintes comentários:

Augusto Barreto, da Abece, elogiou o desenvolvimento da plataforma eletrônica e colocou a Abece à disposição para contribuir nesse trabalho. A Abece faz exportações indiretas e necessita da modernização dos atos relacionados a essas exportações. Comentou que esse é um dos pontos que não consta no projeto.

O Secretário de Comércio Exterior Substituto informou que a participação da Abece é fundamental. A modernização da legislação tem uma relação com o projeto, porém é mais ampla. Assim, a modernização do Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, bem como a Instrução Normativa da RFB sobre o tema, não serão tratados no foro do projeto. Essa demanda será acompanhada de outra forma no âmbito do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio.

Não havendo mais comentários, passou-se ao ponto 4 da agenda.

4. Agenda para a Modernização de Processos de Comércio Exterior por meio do Portal Único Siscomex.

O Secretário de Comércio Exterior relatou os avanços alcançados por meio da adesão dos órgãos anuentes ao novo Processo de Importação. Foi mencionado que a Secex tem realizado uma “faxina burocrática” nos últimos anos. Em 2019, a Secex emitiu mais de um milhão e duzentas mil licenças de importação. Com o objetivo de racionalizar os processos, foram eliminadas cerca de seiscentas mil. Ocorreu também o desligamento do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e de Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - Siscoserv, que onerava muito o comércio internacional, evitando cinco milhões de registros de exportação e importação. A base de dados será substituída por informações do Banco Central. Em seguida, passou a palavra para o Subsecretário de Operações de Comércio Exterior, Renato Agostinho da Silva.

O Subsecretário de Operações de Comércio Exterior comentou que a Secex tem sido impulsionada pelo AFC e pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, a Lei de Liberdade Econômica, para a promoção de racionalização do controle do comércio exterior. Ele informou que serão colhidos mais resultados quando o Novo Processo de Importação no Portal Único for implementado. Passou à divulgação de dados que demonstram o progresso alcançado até o momento, considerando o fluxo de informações em relação ao processo antigo. Houve redução de um milhão e duzentas

mil licenças emitidas no ano de 2019 para cerca de setecentos e setenta mil licenças emitidas em 2020, ou seja, 34% (trinta e quatro por cento) de redução. Poderiam alegar a pandemia como motivo para a redução. Contra esse argumento, foi calculado um indicador que mostra a quantidade de licenças por milhão de dólar importado. Em 2019, havia em média 5 licenças de importação emitidas pela Secex para cada milhão de dólar importado pelo Brasil. Em 2020, esse indicador passou para 3,6 para cada milhão de dólar importado, correspondendo a uma redução de 30% (trinta por cento). Houve redução também do valor do licenciamento, porém essa redução não foi tão significativa porque houve um evento excepcional relacionado ao regime do Repetro, devido à sua migração para o Repetro-Sped. Assim, muitos equipamentos usados, sujeitos a controle pela Secex, foram registrados como importação, elevando o patamar do valor importado em 2020.

O Secretário de Comércio Exterior comentou que houve intensificação do processo de redução a partir do segundo semestre de 2020. O resultado será mais evidente a partir de 2021.

O Subsecretário de Operações de Comércio Exterior prosseguiu à apresentação e mostrou um gráfico com o tempo de licenciamento médio, mês a mês. Mencionou que é perceptível a redução a partir do segundo semestre de 2020, pois corresponde ao período em que foram implementadas as medidas de simplificação e desburocratização. Foram eliminadas licenças automáticas para monitoramento estatístico, licenças não-automáticas de produtos sujeitos à defesa comercial e licenças para produtos sujeitos a monitoramento de preços. Em um segundo gráfico, mostrou um comparativo das licenças emitidas pela Secex em relação à origem. Primeiramente está a China, seguida pelos Estados Unidos, Itália e Japão. Em outro gráfico, foi apresentada uma visão dos licenciamentos por produto, em termos de quantidade e valor, comparando os anos de 2019 e 2020. Observa-se uma preponderância pelo capítulo 89, que se refere a embarcações e outras estruturas flutuantes, relacionadas com o Repetro. Essas operações amparadas por esse regime especial ocasionaram um grande valor licenciado no ano de 2020. Está havendo um esforço para automação e gerenciamento de risco. Em outro gráfico, em comparação entre os anos de 2019 e 2020, pôde ser notado um aumento de 5% (cinco por cento) em termos de quantidade de licenças automatizadas e 10% (dez por cento) em termos de valor. Para finalizar, comentou que todas essas informações serão publicadas no Portal Siscomex, para promover a transparência em relação às reformas dos procedimentos administrativos. Encorajou os demais órgãos anuentes a fazerem a mesma análise de racionalização dos processos, bem como a publicação dos dados para a promoção da transparência.

O Secretário de Comércio Exterior Substituto esclareceu que esse trabalho está sendo desenvolvido independentemente do Portal Único. Ou seja, está sendo possível mesmo com o sistema Siscomex atual. Em relação ao Novo Processo de Importação, é importante a participação dos órgãos anuentes. Nesta semana foi publicada a Portaria do Inmetro nº 159, de 9 de abril de 2021, para a sua adesão ao Portal Único. A proposta é que haja a expansão do projeto piloto do Inmetro até o fim do ano. Há o compromisso também da Anvisa para a adesão ao Novo Processo de Importação do Portal Único até o fim de 2021, porém a sua situação é mais complexa,

devido ao sistema que utiliza. O Mapa também assumiu o compromisso de adesão ao Portal Único em breve. Falta a edição de um ato normativo para iniciar o projeto piloto, tendo a possibilidade de adesão plena até o fim deste ano. A ANP tem o compromisso de edição de ato normativo para o projeto piloto nos próximos dias. Há ainda o projeto piloto da Secex no Novo Processo de Importação. A expectativa é abarcar mais operações. O ano começou com 5% (cinco por cento) das operações e espera atingir 50% (cinquenta por cento) das operações no Novo Processo de Importações até o seu final. A licença de importação não pode ser regra, mas sim exceção, quando não houver alternativa menos onerosa.

O Secretário de Comércio Exterior ressaltou a importância de a Secex mostrar o exemplo para os demais anuentes, assim como monitorar os avanços. Em seguida passou a palavra para Rosângela Muniz.

Rosângela Muniz, coordenadora do Ibama, informou que trabalha com convenções internacionais e que o Ibama é um órgão anuente. Estão interessados no alinhamento da “faxina burocrática”. O Ibama é um dos órgãos que mais movimenta licenças dos setores estratégicos que necessitam de insumos. Informou que fizeram reunião com a ABNT para adequação às normas europeias em relação ao que é considerado insumo ou resíduo. Pode ser considerado como insumo desde que tenha passado por um tratamento. Independentemente de alteração da legislação, tem sido trabalhada a racionalização dos procedimentos para melhorar a comunicação com os usuários. Além disso, deve ser elaborado um guia para os despachantes. Por fim, sinalizou que irá contactar a Secex para a integração ao Portal Único.

O Secretário de Comércio Exterior Substituto comentou que a participação do Ibama no Portal Único é fundamental e firmou o compromisso de priorizar a sua adesão ao Novo Processo de Importação.

Não havendo mais comentários sobre esse tópico, passou-se ao ponto 5 da agenda.

5. Apresentação pela CNI do estudo intitulado “O Impacto da Facilitação de Comércio sobre a Economia Brasileira e a Indústria de Transformação”

Constanza Negri Biasuti, representante da CNI, afirmou que o Portal Único é prioridade número 1. Em 2015, foi realizado o primeiro estudo sobre os impactos do Portal Único para a agenda de facilitação do comércio exterior. Após alguns anos, considerou-se necessária a atualização desse estudo. Assim, agradeceu à Secex e à RFB pelo apoio recebido. Destacou que é uma segunda análise de quanto a redução de tempo gera em termos de ganhos concretos para a economia como um todo. Nesse estudo, incorporou-se a análise do setor aéreo, além do setor marítimo, que já constava no estudo anterior. Além disso, houve também a análise do impacto das operações com parceiros como Estados Unidos e Argentina.

Edson Paulo Domingues, professor e pesquisador do Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentou uma visão geral do estudo da projeção dos ganhos para a economia brasileira, considerando a implementação do Portal Único. Novamente, agradeceu à RFB e à Secex pelos dados fornecidos. Em linha com o estudo realizado previamente, houve a análise da redução dos custos dos tempos (*ad valorem*) dos desembarços das exportações e importações no Brasil. O cenário de referência é o período de 2015 a 2040, tendo como base o ano de 2014. Notou-se uma queda relevante do tempo médio em relação ao ano de 2014. Na via marítima, a redução foi de 13 dias em 2014 para 4,85 dias em 2020, nas operações de exportação, e de 17 dias em 2014 para 8,71 dias em 2020, nas operações de importação. Da mesma forma, houve redução significativa nos equivalentes *ad valorem* custo tempo da via marítima. Na comparação entre os anos de 2014 e 2020 a redução dos equivalentes tarifários foi de 9,01 pontos percentuais para exportação e de 7,10 pontos percentuais para a importação. Com base nesses dados, foram estimados os efeitos acumulados sobre o comércio externo do Brasil em 2040. Os ganhos adicionais acumulados serão em torno de 87,87 bilhões até o ano de 2040. O estudo avaliou os ganhos de acordo com o setor (veículos automotores, produtos químicos, etc). A análise foi realizada também para a via aérea, a qual representa cerca de 10% (dez por cento) do comércio exterior brasileiro. Também foi constatada redução do tempo médio das operações de importação e exportação, com a correspondente redução dos equivalentes *ad valorem* custo tempo. A redução do equivalente *ad valorem* do custo tempo aéreo brasileiro entre 2014 e 2020 foi de 0,19 pontos percentuais para a exportação e 0,26 pontos percentuais para a importação. Estima-se que os ganhos adicionais para o setor aéreo até o ano de 2040 serão 4,294 milhões.

Constanza Negri Biasuti afirmou que o relatório possibilita uma visão ampla dos diferentes setores. Houve uma redução de tempo e de custo maior do que a expectativa do governo.

Ernani Argolo Checucci Filho, Especialista Senior em Facilitação do Comércio do Banco Mundial, agradeceu o convite para o evento e parabenizou pela sua organização. Informou que o Banco Mundial tem interesse em apoiar o Ibama e outros órgãos anuentes para adesão ao OEA Integrado. Destacou que será realizada uma pesquisa sobre a participação das mulheres na facilitação do comércio, com a cooperação da RFB, Secex e da Federação dos Despachantes Aduaneiros. O Banco Mundial deverá realizar também um estudo, de natureza econômica, dos efeitos da redução do tempo na facilitação do comércio.

O Secretário de Comércio Exterior Substituto agradeceu à CNI pela atualização dos estudos. Destacou que o Portal é a principal ferramenta que possibilitou o alcance dos resultados demonstrados neste estudo. A busca pelo engajamento do setor privado e dos órgãos anuentes em relação ao Portal Único representa uma revolução nos processos de importação e exportação no Brasil.

John Mein, Coordenador Executivo do Procomex, corroborou as palavras do Secretário de Comércio Exterior Substituto, destacando que é um trabalho conjunto. Afirmou que podemos ter um país mais competitivo se houver digitalização com base

em novas formas de trabalho. Agradeceu ao setor privado e parabenizou a liderança do governo que possui uma visão que amadurece para uma nova realidade do Plano de Trabalho.

O Coordenador-Geral de Administração Aduaneira parabenizou a todos pela colheita dos frutos que foram plantados no passado. O segredo do sucesso para o comércio exterior mais eficiente é obtido a partir da integração dos órgãos públicos e privados.

6. Encaminhamentos Finais

O Secretário de Comércio Exterior agradeceu à CNI pela consecução do trabalho e ressaltou a importância da parceria do setor privado com o setor público. Os resultados dos estudos demonstraram que o Portal Único trouxe resultados mais expressivos do que os previstos. Em geral, os estudos mostram que as barreiras não tarifárias ao comércio internacional precisam ser reanalisadas. Não há como se falar em integração internacional se as barreiras não tarifárias não forem tratadas como prioridade. Citou que o recente protocolo não tarifário firmado com os Estados Unidos está entre os mais modernos já negociados. O impacto será não apenas do ponto de vista bilateral, mas também horizontal, impactando toda a economia brasileira. As barreiras não tarifárias são mais significativas que as tarifárias. Isso explica por que a Secex está enfatizando a redução das barreiras não tarifárias. Ressaltou que a Secex está engajada e trabalhando com afinco junto com a RFB. Por fim, agradeceu à CNI e a todos pela participação e, por volta das 16h15 deu-se por encerrada a reunião.